

ED. 63 | ANO II | 06/10 A 20/10/2021

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS



APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disto, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver estudos legislativos, analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:

Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica e Coordenadora;

Andressa Dourado R. S. de Carvalho - Advogada;

Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;

João Marcelo Lima - Técnico em Gestão do Meio Ambiente;

Gabriel Alberto Souza de Moraes - Estagiário.

.....
Este informativo é de responsabilidade do NEL/SEMAS-PA

Responsável: Camila Veloso

Revisão: Rebeca Reitz e Andressa Dourado

Email: nel@semas.pa.gov.br

Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAS

Fotos: Agência Pará

Apoio: ASCOM/SEMAS

CARTA AO LEITOR



Nesta 63ª edição do LEGIS SEMAS, destaca-se a publicação da Portaria MMA nº 455, de 5 de outubro de 2021, que institui o Programa Nacional de Resgate de Fauna Silvestre - Resgate+ no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. Ainda, frisa-se a Portaria MMA nº 474, de 19 de outubro de 2021, que dispõe sobre os requisitos para inclusão na lista de municípios prioritários para ações de prevenção e controle do desmatamento e na lista de municípios com desmatamento monitorado e sob controle.

Em âmbito estadual, ressalta-se a publicação da Resolução COEMA nº 167, de 04 de outubro de 2021, que altera a Resolução nº 117, de 25 de novembro de 2014, do Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA, incluindo autorização com tipologia específica de Unidade de Produção Anual à comunidades ribeirinhas.

O "Fique de Olho", desta edição, traz duas opções aos interessados em eventos, como as "OFICINAS ABM", que versam sobre Desenvolvimento Urbano Sustentável e, ainda, o "GOV SUMMIT 2021", que discorre sobre a governança da Administração Pública atrelada ao uso da geotecnologia, a fim de promover uma melhor qualidade no bem-estar da população e na praticidade da gestão pública.

Em tempo, o livro "Direito Econômico Ambiental: instrumentos econômicos de política ambiental" é a sugestão do "NEL Indica", uma obra que agrega reflexões sobre a política ambiental instrumentalizada com uma inteligência econômica e sustentável.

Boa leitura!

Rebeca Reitz

Coordenadora - NEL

NORMAS FEDERAIS



LEI Nº 14.214, DE 6 DE OUTUBRO DE 2021. Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino.

Publicado no DOU nº 191, de 07 de outubro de 2021. (p. 3). [Clique aqui.](#)

LEI Nº 14.180, DE 1º DE JULHO DE 2021. Institui a Política de Inovação Educação Conectada.

Publicado no DOU nº 192, de 07 de outubro de 2021. (p. 1). [Clique aqui.](#)

LEI Nº 14.215, DE 7 DE OUTUBRO DE 2021. Institui normas de caráter transitório aplicáveis a parcerias celebradas pela administração pública durante a vigência de medidas restritivas relacionadas ao combate à pandemia de covid-19, e dá outras providências.

Publicado no DOU nº 192, de 07 de outubro de 2021. (p. 1). [Clique aqui.](#)



NORMAS FEDERAIS



LEI Nº 14.216, DE 7 DE OUTUBRO DE 2021. Estabelece medidas excepcionais em razão da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) decorrente da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2, para suspender o cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa que resulte em desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, exclusivamente urbano, e a concessão de liminar em ação de despejo de que trata a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, e para estimular a celebração de acordos nas relações locatícias.

Publicado no DOU nº 192, de 08 de outubro de 2021. (p. 3). [Clique aqui.](#)

DECRETO Nº 10.831, DE 6 DE OUTUBRO DE 2021. Regulamenta o art. 24 da Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021, que institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, e dá outras providências.

Publicado no DOU nº 191, de 07 de outubro de 2021. (p. 3). [Clique aqui.](#)

PORTARIA MMA Nº 455, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021. Institui o Programa Nacional de Resgate de Fauna Silvestre - Resgate+ no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.

Publicado no DOU nº 190, de 06 de outubro de 2021. (p. 86). [Clique aqui.](#)



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MC Nº 682, DE 6 DE OUTUBRO DE 2021. Dispõe sobre a suspensão de procedimentos operacionais e de gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, em decorrência da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.

Publicado no DOU nº 191, de 07 de outubro de 2021. (p. 5). [Clique aqui.](#)

PORTARIA ME Nº 11.923, DE 6 DE OUTUBRO DE 2021. Altera a Portaria nº 430, de 30 de dezembro de 2020, que divulga os dias de feriados nacionais e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2021.

Publicado no DOU nº 191, de 07 de outubro de 2021. (p. 18). [Clique aqui.](#)

PORTARIA MDH Nº 3.484, DE 6 DE OUTUBRO DE 2021. Torna público o Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo no Brasil.

Publicado no DOU nº 191, de 07 de outubro de 2021. (p. 64). [Clique aqui.](#)

PORTARIA MMA Nº 457, DE 19 DE OUTUBRO DE 2021. Divulga a listagem completa dos atos normativos inferiores a Decreto vigentes no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e dá outras providências.

Publicado no DOU nº 198, de 20 de outubro de 2021. (p. 94). [Clique aqui.](#)



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MMA Nº 474, DE 19 DE OUTUBRO DE 2021. Dispõe sobre os requisitos para a inclusão na lista de municípios prioritários para ações de prevenção e controle do desmatamento e na lista de municípios com desmatamento monitorado e sob controle.

Publicado no DOU nº 198, de 20 de outubro de 2021. (p. 93). [Clique aqui.](#)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8/GABIN/ICMBIO, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021(*). Estabelece os procedimentos da Anuência para a Autorização de Supressão de Vegetação nas atividades sujeitas ao licenciamento ambiental e da emissão de Autorização de Supressão de Vegetação nas atividades não sujeitas ao licenciamento ambiental. (Processo 02070.012609/2017-80)

Publicado no DOU nº 190, de 06 de outubro de 2021. (p. 88). [Clique aqui.](#)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9/GABIN/ICMBIO, DE 13 DE OUTUBRO DE 2021. Altera a Instrução Normativa nº 10/2020, que estabelece procedimentos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade nos processos de licenciamento ambiental (Processo 02070.002575/2008-24).

Publicado no DOU nº 197, de 19 de outubro de 2021. (p. 90). [Clique aqui.](#)



NORMAS ESTADUAIS



LEI Nº 9.322, DE 6 DE OUTUBRO DE 2021. Dispõe sobre remuneração dos profissionais da educação básica da rede pública de ensino do Estado do Pará, acrescenta o art. 32-A à Lei nº 7.442, de 2 de julho de 2010, altera a Lei nº 8.030, de 21 de julho de 2014 e revoga dispositivos da Lei nº 5.351, de 21 de novembro de 1986, e da Lei nº 7.442, de 02 de julho de 2010.

Publicado no DOE nº 34.728, de 7 de outubro de 2021. (p. 4). [Clique aqui](#)

LEI Nº 9.324, DE 7 DE OUTUBRO DE 2021. Cria o Programa de Educação e Formação Superior, no âmbito do Estado do Pará, denominado “Forma Pará”.

Publicado no DOE nº 34.730, de 8 de outubro de 2021. (p. 5). [Clique aqui](#)

DECRETO Nº 800, DE 31 DE MAIO DE 2020. Institui o Projeto RETOMA PARÁ, dispendo sobre a retomada econômica e social segura, no âmbito do Estado do Pará, por meio da aplicação de medidas de distanciamento controlado e protocolos específicos para reabertura gradual e funcionamento de segmentos de atividades econômicas e sociais, e revoga o Decreto Estadual no 729, de 05 de maio de 2020, e o Decreto Estadual no 777, de 23 de maio de 2020.

Publicado no DOE nº 34.734, de 8 de outubro de 2021. (p. 18). [Clique aqui](#)



NORMAS ESTADUAIS



RESOLUÇÃO COEMA Nº 167, DE 04 DE OUTUBRO DE 2021. Altera a Resolução nº 117, de 25 de novembro de 2014, do Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA.

Publicado no DOE nº 34.728, de 07 de outubro de 2021. (p. 48). [Clique aqui](#)

RESOLUÇÃO COEMA Nº 168, DE 04 DE OUTUBRO DE 2021. Aprova e dá publicidade às decisões referentes aos processos administrativos de natureza punitiva julgados na 74a Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA.

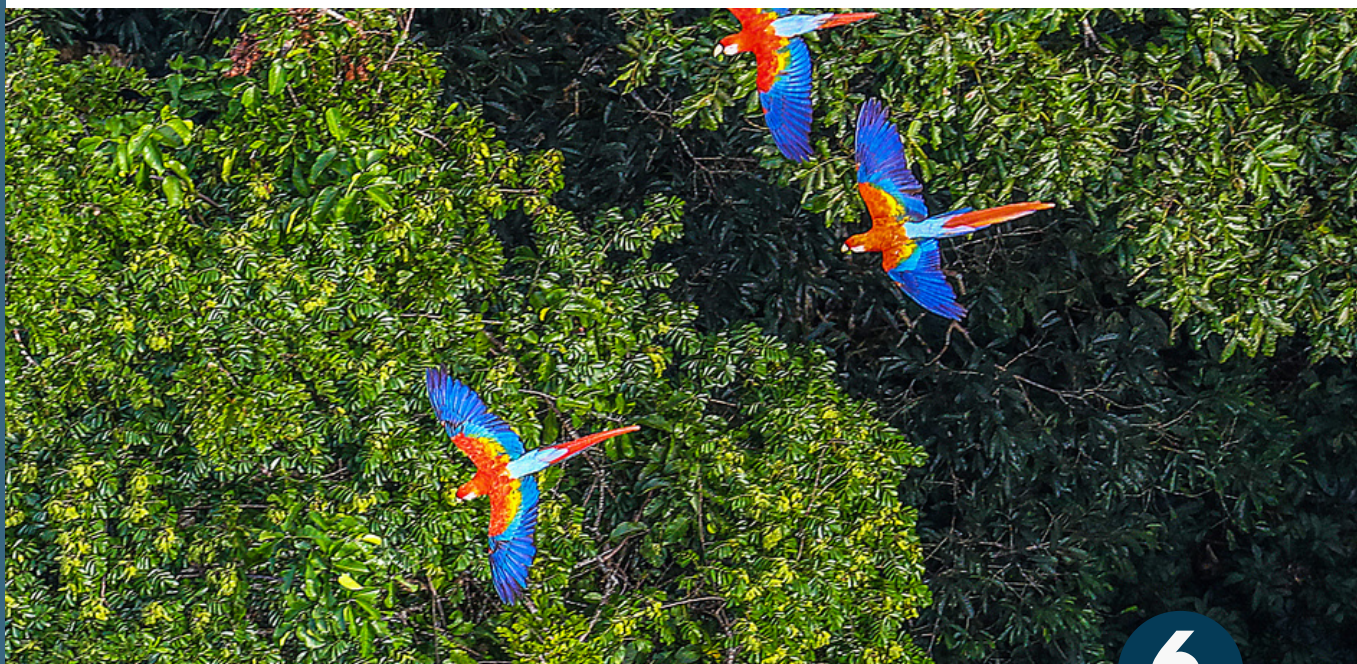
Publicado no DOE nº 34.735, de 15 de outubro de 2021. (p. 60). [Clique aqui](#)

PORTARIA SEPLAD Nº 147, DE 04 DE OUTUBRO DE 2021. Dispõe sobre Comissão Especial de Licitação, encarregada do procedimento licitatório necessário à contratação de empresa especializada na realização de concursos públicos, visando à realização de Concurso Público para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

Publicado no DOE nº 34.734, de 8 de outubro de 2021. (p. 18). [Clique aqui](#)

PORTARIA SEMAS Nº 1823, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021. Cria o Comitê Científico do Fórum de Negócios da Sociodiversidade da Amazônia - CCFNSA.

Publicado no DOE nº 34.736, de 15 de outubro de 2021. (p. 4). [Clique aqui](#)



NORMAS ESTADUAIS



PORTARIA Nº 157/2021 - GS-SEPLAD, DE 19 DE OUTUBRO DE 2021. Fica alterado o ponto facultativo do dia 28 de outubro de 2021 para o dia 29 de outubro de 2021, a ser cumprido pelos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual do Pará.

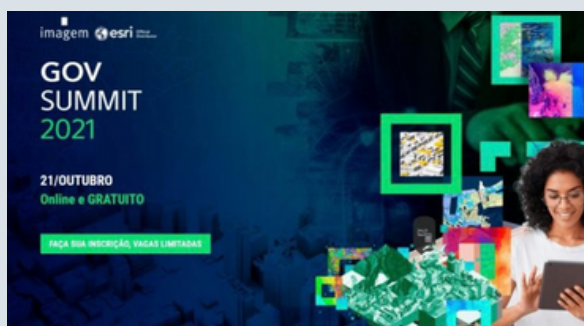
Publicado no DOE nº 34.740, de 20 de outubro de 2021. (p. 11). [Clique aqui](#)

FIQUE DE OLHO



OFICINAS ABM: Desenvolvimento Urbano Sustentável

Alinhado aos objetivos do desenvolvimento ambiental sustentável direcionados pela Organização das Nações Unidas, o evento busca produzir a referida oficina na sua 14ª edição, sob a ótica de uma sustentabilidade ampliada ao desenvolvimento urbano, sendo objeto dos ODS da ONU. O evento ocorrerá nos dias 21 e 22 de outubro, das 10h às 12h. Para se inscrever, [clique aqui!](https://abm.org.br/desenvolvimentosustentavel4)



GOV SUMMIT 2021

O evento, promovido remota e gratuitamente em virtude da pandemia de Covid-19, aborda a importância da geotecnologia ambiental para a governança digital dos entes públicos da Administração Pública, em âmbito municipal e estadual, a fim de otimizar, integrar, facilitar e garantir a transformação digital de prefeituras e governos. O evento ocorrerá no dia 21 de outubro. Para se inscrever, [clique aqui!](#)



LIVRO: Direito Econômico Ambiental: instrumentos econômicos de política ambiental

Organizado por Talden Farias e Pedro Ataíde, a obra foi dividida em três partes: a primeira versa sobre os conceitos e diretrizes gerais, a segunda sobre os instrumentos econômicos da política ambiental e a terceira sobre as conexões e os casos particulares, sendo vinte e oito capítulos escritos por pessoas com grande experiência prática e teórica na área, cabendo destacar a diversidade profissional, geográfica e até de gênero.

Para adquirir e ler o livro, [clique aqui](#).

OUTUBRO ROSA



A campanha Outubro Rosa foi criada pela Lei nº 13.733, de 16 de novembro de 2018, e dispõe sobre a realização de atividades para conscientização da sociedade sobre o câncer de mama.

Na legislação nacional, destaca-se a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, que dispõe sobre o primeiro tratamento de câncer de mama em paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início, gratuitamente, pelo Sistema Unificado de Saúde (SUS).

Já na legislação estadual, a Lei nº 8588, de 2 de janeiro de 2018, institui o estatuto do portador de câncer no estado do Pará, com objetivos de equidade social e prestação democrática e universal de serviços para pessoas com a referida patologia.



Cuide-se!



Previna-se!



Ame-se!

Curta e siga nossas redes sociais



Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br